

Deliberação: A apresentação do Plano de Metas foi debatida entre os Conselheiros presentes, com os pedidos de esclarecimentos atendidos pelos técnicos da SEHAB e pela mesa dirigente da reunião. Será colocada no site do CMH no portal da Prefeitura Municipal de São Paulo na internet.

3) Apresentação do Orçamento da SEHAB e da COHAB-SP para 2017 e o papel dos Conselheiros do CMH em outros Conselhos pertinentes à Política Municipal de Habitação.

As apresentações dos Orçamentos de 2017 foram feitas pelo Conselheiro José Toledo Marques Neto, quanto aos dados da SEHAB, e pela Sra. Cristina Pimenta Nunes quanto aos dados da COHAB-SP.

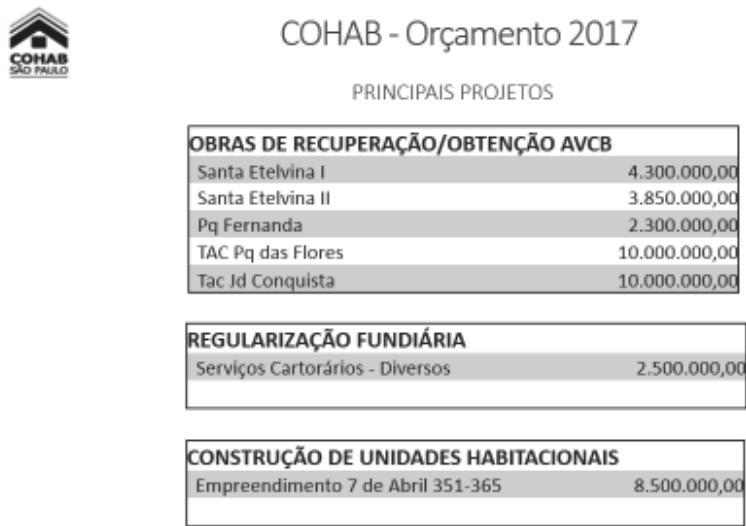
SEHAB- Orçamento - Investimentos 2017 aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo

|                                | FEDERAL              | FMSAI              | FUNDURB            | ESTADUAL           | MUNICIPAL          | Operação Urbana    | Total Geral          |
|--------------------------------|----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| <b>Aporte / Construção UHS</b> |                      |                    | <b>25.000.000</b>  |                    | <b>50.001.000</b>  |                    | <b>75.001.000</b>    |
| <b>Construção UHS</b>          |                      | <b>16.832.343</b>  | <b>79.544.510</b>  |                    |                    | <b>29.826.000</b>  | <b>126.203.853</b>   |
| <b>Mananciais</b>              | <b>345.210.000</b>   | <b>26.228.814</b>  |                    | <b>35.030.000</b>  | <b>1.000,00</b>    |                    | <b>406.469.814</b>   |
| <b>Regularização Fundiária</b> | <b>10.000.000</b>    | <b>35.685.162</b>  | <b>11.160.000</b>  |                    | <b>10.770.189</b>  | <b>13.102.084</b>  | <b>80.817.735</b>    |
| <b>Urbanização de Favelas</b>  | <b>35.500.000,00</b> | <b>91.242.415</b>  | <b>23.840.000</b>  | <b>65.030.000</b>  | <b>16.000.000</b>  | <b>292.008,99</b>  | <b>523.621,40</b>    |
| <b>Total Geral</b>             | <b>390.710.000</b>   | <b>169.988.734</b> | <b>139.544.510</b> | <b>100.060.000</b> | <b>76.773.189</b>  | <b>334.937.069</b> | <b>1.212.013.502</b> |
| <b>ALUGUEL SOCIAL (*)</b>      |                      |                    |                    |                    | <b>103.000.000</b> | <b>19.008.100</b>  |                      |



**COHAB-SP- Orçamento - Investimentos 2017 aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo**

|                                | FEDERAL        | COHAB             | MUNICIPAL         | Operação Urbana  | Total Geral       |
|--------------------------------|----------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| <b>Construção UHS</b>          | <b>609.720</b> | <b>29.593.641</b> | <b>12.400.000</b> | <b>8.500.000</b> | <b>51.103.361</b> |
| <b>Regularização Fundiária</b> |                | <b>2.500.000</b>  |                   |                  | <b>2.500.000</b>  |
| <b>Total Geral</b>             | <b>609.720</b> | <b>32.093.641</b> | <b>12.400.000</b> | <b>8.500.000</b> | <b>53.603.361</b> |



Dado o tema desse item da pauta, foi consignado a relevância do papel das (os) Conselheiras (os) representantes do Conselho Municipal de Habitação no FMSAI, Sra. Edenilda das Neves Carneiro de Sousa e Sra. Luciana de Oliveira Royer, no FUNDURB, Sra. Antonia Lindinalva Ferreira do Nascimento e Sra. Marisete Aparecida de Souza, no CPOP, Sr. Alex Alves Lourenço e Sra. Ivanilda Rodrigues de Sousa, no CAHEIS Sra. Mariza Dutra Alves e Sr. Nestor Quintos de Oliveira, no CMU, Sr. José de Jesus Ferreira e Sra. Paula Carvalho Paschoal Raulino, na CTLU, Sra. Juliana Lemes Avanci e Sr. Antonio Santiago Quintana, haja vista que esses Conselhos e Fundos além de apresentarem fontes de recursos destinados à habitação de interesse social, tratam da política municipal de habitação e do desenvolvimento urbano da Cidade de São Paulo.

Deliberação: As apresentações dos Orçamentos da SEHAB e da COHAB-SP para 2017 feitas nessa 5ª Reunião Ordinária da 6ª Gestão foram debatidas entre os Conselheiros presentes que pediram esclarecimentos e foram atendidos, e serão colocadas no site do CMH no portal da Prefeitura Municipal de São Paulo na internet.

Lembretes:  
Próxima Reunião da Comissão Executiva do CMH em 23/5/2017 com data máxima de recebimento das pautas para a Reunião da Executiva a ser apresentada até 05/5/2017.

Próxima Reunião do Conselho Municipal de Habitação em 29/6/2017 com data máxima de recebimento das pautas para a Reunião do Conselho Pleno a ser apresentada até 13/6/2017.

GILMAR SOUZA SANTOS  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO  
SECRETÁRIO ADJUNTO DA HABITAÇÃO

**GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO**

**SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH**  
**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO**  
**6ª GESTÃO**

Data da Reunião: 23 de fevereiro de 2017  
Local: Rua Libero Badaró nº 504 – 18º andar – Auditório da Sala 182 – Centro – SP

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano 2017, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar, auditório da sala 182, Rua Libero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 6ª Gestão 2016/2018, conforme lista de presença, os (as) **Conselheiros (as) do Poder Público**: Fernando Chucre (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Gilmar Souza Santos (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Cristiane Dutra Nascimento (Conselheira Poder Público/SEHAB); Ricardo Rodrigues (Conselheiro Poder Público/SEHAB); José Amaral Wagner Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Marlene F. da Silva Miamoto (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Urb. e Licenciamento); Regina Helena Nader (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Urbanismo e Licenciamento); Edson Aparecido dos Santos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Luiz Antônio Carvalho Pacheco (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Alex Sandro Peixe Campos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Mariana Sucupira Gomes (Conselheira Poder Público/Sec. Municipal de Gestão); Mariana Brito (Conselheira Poder Público/Sec. Municipal de Gestão); Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Carlos M. Kiyomoto (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Trab. e Empreendedorismo); Maria Isabel Rodrigues Paulino (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Roberto Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Sec. de Habitação de SP) e Mônica Therezinha Barthei Rossi (Conselheira Poder Público/CDHU).  
**Conselheiros (as) dos Movimentos Populares**: Mariza Dutra Alves (Cons. Mov. Pop./Mov. Dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Everaldo Manoel de Aguiar (Cons. Mov. Pop./Mov. Dos Trab. Sem Terra Leste 1); Antônia L. do Nascimento (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Mor. do Conj. Hab. 26 de Julho); José de Jesus F. Da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Trab. Sem Teto Zona Oeste); Ivanilda Rodrigues de Sousa (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Maria Barbosa Rastelle (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Moradia Região Sudeste); Maria dos Santos Almeida (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. Região Sudeste); Ana Paula da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. Trab. Sem Teto Zona Noroeste); Edinalva S. Franco (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. em Def. dos Dir. Sociais); Nestor Quintos de Oliveira (Cons. Mov. Populares/Assoc. de Mor. Parque Otero); Uranide Sacramento Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Moradia do Parque Otero); Manoel dos S. Almeida (Cons. Mov. Populares/Mov. Def. do Favelado Episcopal Belém); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Mov. Populares/MDM); João B. da Costa (Cons.

Mov. Pop./Assoc. Def. e Orientação Cons. Contribuinte de SP); Verônica Kroll (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Teto de São Paulo); Rosalvo Salgueiro (Cons. Mov. Pop./Mov. Terra de Deus Terra de Todos); Silvana de Jesus Alves (Cons. Movimentos Populares/IPAC); Alex Alves Lourenço (Cons. Movimentos Populares/IPAC); Ana Maria Carneiro Procópio (Cons. Movimentos Populares/MAC) e Antônio Santiago Quintana (Cons. Movimentos Populares/MAC). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil**: Eliete Calisto da Cruz (Cons. Soc. Civil/APOIO); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Soc. Civil/APOIO); Paulo Emilio Buarque Ferreira (Cons. Soc. Civil/CTB-SP); Paula F. Faria Rodrigues (Conselheira Soc. Civil/CUT-SP); Caio Santo Amore de Carvalho (Cons. Sociedade Civil/FAU-SP); Adelcke Rossetto Netto (Cons. Soc. Civil/PEABIRU); Fabiana Alves Rodrigues (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Wellington Augusto Machado Sendas (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Márcio Jeda Chéde (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP); Ana Teresa Siqueira de Carvalho (Cons. Soc. Civil/SASP); Isadora Guerreiro (Cons. Soc. Civil/USINA) e Paula Carvalho Paschoal Raulino (Cons. Soc. Civil/USINA). **Ausentes os (as) Conselheiros (as)**: José Toledo Marques Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Vladimir Ávila (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Lillian Cristina de Moraes Calcagno (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Serv. e Obras); Ilzângela Keila de Almeida Rex (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Serv. e Obras); Elza Maria Lessa de Macedo (Conselheira Poder Público/SF); Luciano; Teixeira (Conselheiro Poder Público/SF); Luís Octavio da Silva (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Nelson Luiz Baeta Neves Filho (Conselheira Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Fernando Arevalillo Lata (Cons. Poder Público/CDHU); Lúcia Helena Silva (Cons. Poder Público/CEF); Simone de Sousa Dias (Cons. Mov. Pop./Assoc. Mor. Conj. Hab. 26 de Julho); Mônica Fátima Ziliani (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto da Zona Oeste); Geni da Fonseca Monteiro (Cons. Mov. Populares/Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Adriana de Freitas Siqueira (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto Zona Noroeste); Péricles de O. Santos (Cons. Mov. Pop. /Assoc. Mov. Mor. em Def. dos Dir. Sociais); Jenilda Silva Araújo (Cons. Mov. Pop./Mov. Def. Favelado Reg. Episcopal Belém); Maria do Amparo Oliveira (Conselheira Mov. Populares/MDM); Adriana da S. Oliveira (Cons. Mov. Pop./Assoc. de Def. e Orient. ao Cons. Cont. de SP); Marisete Aparecida de Souza (Cons. Mov. Populares/Fórum dos Mutirões de SP); Jéssica Freire Leite da Silva (Cons. Mov. Pop./Fórum dos Mutirões de SP); Rogevaldo R. Cesário (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo); Vicente Leme Filho (Cons. Mov. Pop./Mov. Terra de Deus Terra de Todos); Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Ana Luiza Patriota A. Costa (Conselheira Soc. Civil/APEMEC); Carine Mie Saito (Cons. Soc. Civil/CTB-SP); Laisa Eleonora Marostica Stohrer (Cons. Soc. Civil/CUT-SP); Juliana Lemes Avanci (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Cristina Boggi da Silva (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Reinaldo Martines Ruiz (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP); Alfredo Vieira da Cunha (Cons. Soc. Civil/CREA-SP); Luciana de Oliveira Royer (Cons. Soc. Civil/FAU-SP); Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Soc. Civil/OAB-SP); Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Soc. Civil/OAB-SP); Rafael Borges Pereira (Cons. Soc. Civil/PEABIRU); Celeste Maria Gama Melão (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Thabata Kaoru Yamauchi (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Carolina Raefaela Ferreira (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP) e Maurílio Ribeiro Chiaretti (Cons. Soc. Civil/SASP). **Justificaram as ausências os (as) senhores (as)**: Cristiane Genofre Zabaterio (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Trab. e Empr.); Ronaldo Cury de Capua (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP) e Maristela Alves Lima Honda (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP). **Presentes os convidados (as)**: Ana Maria Maluf Moussalli (CMH/SEHAB); Cristina Pimenta (COHAB) e José Eduardo Vilella (COHAB). Outras dezenove pessoas assinaram a lista de presença. **Pauta da reunião**: 1) Aprovação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação-6ª Gestão realizada em 13/12/2016; 2) Apresentação do Orçamento do FMH para 2017, conforme aprovado pela Câmara de Vereadores do Município de São Paulo; 3) Apresentação do Plano de Investimentos realizado do FMH em 2016, versus as previsões de 2016, e 4) Solicitação de Voto CMH nº10/2017 – 6ª Gestão – Aprovação do Plano de Aplicação de Recursos para o FMH em 2017. O Sr. Gilmar dá início aos trabalhos. É aprovado o **Item 1** da pauta, Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação-6ª Gestão, bem como a inversão de pauta, para que o Item 3 passe a ser o Item 2 da pauta, e é feita a apresentação, pelo Sr. Eduardo Vilella e pela Sra. Cristina Pimenta, do **Item 2**, Plano de Investimentos realizado do FMH em 2016, versus as previsões de 2016, e do **Item 3**, Orçamento do FMH para 2017, conforme aprovado pela Câmara de Vereadores do Município de São Paulo. **Sr. Rosalvo** – Seria bom recebermos o material apresentado antes de o vermos em nossa reunião do Conselho Municipal de Habitação. No material que recebi não tenho o plano tal qual estou vendo aqui. **Sra. Ana Maria** – O conteúdo do material que foi distribuído a todos os conselheiros é o mesmo. Só a forma de apresentação é que está em uma forma mais didática. **Sr. Gilmar** – Fica registrado o pedido. A Sra. Cristina Pimenta passa a apresentar o item da Pauta que trata do Plano de Investimento Realizado do FMH de 2016. **Sr. Rosalvo** - A segurança é para cuidar de áreas de propriedade do Fundo? **Sra. Cristina** - É para cuidar de áreas de propriedade do Fundo, de terrenos. Os terrenos têm ronda móvel, que é uma ronda mais cara. Os prédios têm os postos fixos. E nos prédios de Locação Social temos seguranças no lugar de porteiros, porque há muito problema. Dá muita divergência. Então, para manter a segurança dos moradores, ao invés de porteiros, há segurança lá. Eles acabam resolvendo conflitos, evitando alguns vandalismos. **Sr. Edson** - Nesse serviço de vigilância, são recursos que poderiam ser utilizados no sistema de habitação e estão sendo utilizados para segurança? **Sra. Cristina** - Sim. **Sr. Edson** - No item obras e instalações, R\$9.654 milhões, e depois, em aquisições de imóveis e desapropriação, essas obras e instalações se referem a essas desapropriações? **Sra. Cristina** - Não. Essas obras e instalações são reformas e manutenções dos imóveis que já estão no estoque do FMH. Do que foi desapropriado, nenhuma reforma foi feita ainda, nenhuma adaptação foi feita. Estamos trabalhando com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, em um convênio, para começarmos as reformas. **Sr. Edson** - No orçamento de 2017 não se previu o recurso para reforma dessas áreas que foram desapropriadas, desses terrenos ou prédios? **Sra. Cristina** - Foram solicitados, mas não foram aprovados. Estamos dependendo de alguns convênios e de recursos externos. **Sra. Nilda** – O que vai sobrar de recursos para a produção de moradia popular? A luta dos conselheiros é por um Fundo Municipal de Habitação para construir moradia. Não é intenção dos conselheiros virmos para cá e fazermos o controle dos gastos que a COHAB tem no seu dia a dia, dos reparos que a COHAB faz, dos empreendimentos que já estão construídos e precisam de reparos, de Auxílio Aluguel. Há recursos de outro lugar para a COHAB destinar seus pagamentos de tantos itens, que não é Fundo Municipal de Habitação. O que entendo de Fundo Municipal de Habitação, desde sua criação, é que foi criado para produção de moradia popular e estou vendo que não sobrou nenhum centavo para produzir moradia. **Sr. Rosalvo** – O que está sendo analisado aqui é o que foi executado em 2016. E foi aprovado naquele Conselho. Sempre fiz questão de registrar que sou contra que o Fundo ou qualquer recurso público fique reformando eternamente empreendimentos que são entregues, como, por exemplo, o Parque do Gato. Quero fazer essa discussão quando formos discutir o orçamento deste ano. Foram passadas umas escrituras que vemos R\$500 mil de ITBI. E era uma transmissão desnecessária! Porque vai ser feita para

habitação e poderia passar diretamente da COHAB para a Caixa, mas passa primeiro aqui, paga essa taxa e depois vai lá. Vamos discutir isso na hora que formos discutir o orçamento. **Sra. Verônica** - Acho que tinham que existir algumas coisas mais dinâmicas, o que se gastou no ano passado e o que não se gastou e o que há de recursos para este ano e em que vai se gastar o orçamento neste ano. A questão de reforma do Parque do Gato, Rua das Olarias, há que se discutir uma questão de uma secretaria de Locação Social, que possa administrar, e os condomínios têm que ser diferenciados. Porque vão aumentando cada vez mais as despesas do Fundo Municipal. E não se constrói moradia. Quero propor que mudemos o sistema da prestação de contas para que fique mais prático, melhor para entendermos, para sabermos o que vai reformar e o que vai construir. Segurança tem que ser pago; as coisas que a COHAB assumiu, o Fundo, têm que ser pagas. Queremos saber o que vamos fazer, se vai sobrar dinheiro, se não vai. **Sr. Gilmar** – Fica pontuada a observação da Sra. Verônica. Na próxima reunião executiva, vamos abordá-la. **Sra. Cristina** – Com referência à manutenção dos prédios de Locação Social, estamos cumprindo o que está disposto nas resoluções do Programa Locação Social. Os conselheiros têm todo o poder de mudar as resoluções para que o recurso seja utilizado para disponibilidade de novas unidades habitacionais. Estamos criando a Gerência de Locação Social na Diretoria Técnica justamente para trabalhar melhor a situação. E o programa hoje é insustentável. Está nas mãos dos conselheiros mudar daqui para frente a história desse programa. **Sr. Rosalvo** – Como acontece essa arrecadação própria do Fundo? O que é isso? **Sra. Cristina** - É a carteira. São os TPIUs, são as prestações que os mutuários pagam, e arrecadação da outorga onerosa. **Sr. Fernando** - Outorga onerosa, há uma previsão este ano de fazer uma nova captação em algumas operações urbanas, algumas que serão propostas na câmara e outras que serão revistas. Ainda pode ser que esse número melhore se tivermos sucesso na captação dessas novas outorgas. **Sr. Edson** - 75% da inadimplência na COHAB são de pessoas que devem de 50 a 100 prestações. Vamos fazer um forte esforço para recuperar a carteira da COHAB, evidentemente, procurando fazer com que esse recurso se recupere para que seja investido na habitação. **Sra. Cristina** - Com referência à recuperação de crédito também, não havia nas resoluções do FMH previsão para flexibilizar essa negociação. Trouxemos no ano passado também uma proposta de voto, aprovada pelo Conselho, para poder intensificar essa recuperação de crédito da carteira. R\$1.830 milhão está previsto para pagamento de impostos. Como o Fundo não é público não somos isentos de impostos. Sobre toda a arrecadação do Fundo, sobre todo recurso financeiro, sobre toda receita financeira que ele tem, incidem impostos. Estamos trabalhando, inclusive, com a Associação Brasileira de COHABs, ABC, e fizemos diversos trabalhos com eles de propor um projeto de lei para que as COHABs sejam isentas de impostos e, paralelo a isso, entramos com um processo também de pedido de imunidade tributária para reduzir essa carga tributária, porque R\$1.830 milhão, que estamos pagando em impostos, poderíamos estar investindo em habitação. **Sr. Edson** - Estamos mandando um projeto de lei para a câmara municipal para que a COHAB seja isenta de pagamento de IPTU na cidade. O CDHU, as suas propriedades são isentas na cidade, e a COHAB não é. **Sr. Manoel** – Quantos empreendimentos existem fora o Jacaraípe em que a COHAB assume a conta de água e luz? **Sra. Cristina** – Tirando Vila dos Idosos, que é o único Locação Social que se auto sustenta, pagamos água e luz de todos os outros. Os alojamentos, existe o alojamento do Jacaraípe, o São Carlos, o Celso Garcia, que está invadido e pagamos também. **Sr. Edson** – Vamos fazer um trabalho imediato agora de individualização das ligações de água, para que a COHAB não tenha que pagar. O cidadão mora e ele paga pela sua conta de água e pela sua conta de luz. E o dinheiro que estamos usando nisso, vamos usar na habitação popular. **Sr. Márcio** – Se fossem os R\$35 milhões para aplicar em novas construções de unidades habitacionais, já acharia baixo. Mas R\$35 milhões é a arrecadação total. E vai destinar para as unidades habitacionais R\$3.5 milhões. Mas isso veio da administração anterior. Foram eles que definiram isso. Sinceramente, não dá para fazer nada! Nem sei por que se reúne tanta gente assim se vão aplicar R\$3.5 milhões em construção de unidades. Acho que seria trabalho dos senhores tentar, de qualquer maneira, aumentar esses recursos. Não sei se é possível. Aplicar R\$3.5 milhões em construção de novas unidades habitacionais é nada! **Sra. Verônica** - Estou fazendo uma obra no centro que só a obra custa R\$33 milhões. Secretário e Presidente da COHAB, o que vamos fazer com R\$3.5 milhões? Vamos ter que sentar, junto com os senhores, nos debruçarmos, e este Conselho tem que mudar. **Sr. Rosalvo** - Temos uma situação aqui de fato consumado e é uma coisa de terra arrasada. Temos aqui uma série de editais de chamamentos que têm uma conta enorme a ser paga de desapropriações. Por exemplo, eu, a Carmen, temos uma arezinha no Forte do Rio Branco, temos decreto para Cruz do Espírito Santo, e são contados aos milhões. E aqui não há nada. O que proponho é que o Conselho, junto com a administração, busque alternativas, inclusive, de mudar essa disposição toda aqui. Lá atrás eu dizia que era contrário à que a COHAB ficasse eternamente, de modo absolutamente paternalista, atendendo a esses conjuntos que entregaram há dez, quinze, vinte anos, voltando lá para fazer manutenção e assim por diante. Para nós aqui, absolutamente, com esse orçamento não dá para trabalhar do jeito que ele está posto. É fazer de conta e temos aqui desafios enormes pela frente. Claro que esses chamamentos foram feitos pensando que o Governo do Estado coloca R\$20 mil por unidade de fundo perdido e o Governo Federal coloca a maior parte lá para fazer as unidades do Minha Casa Minha Vida – Entidades, onde de subsídios são R\$90 mil, 90% são de subsídio. São casas que são doadas à população de baixa renda, mas aí se doa a casa e se assume aquela família para ficar eternamente fazendo esse tipo de atendimento aqui, que é absolutamente improdutivo, irracional. **Sra. Nilda** – Nós, conselheiros, fomos à câmara dos vereadores e batemos de porta em porta com um documento em mãos e protocolos, pedindo dinheiro para a Habitação. Todos os movimentos de moradia assinaram um documento e protocolaram para os vereadores. Temos uma câmara de vereadores que tem interesses próprios acima dos interesses da população! **Sr. Caio** – O Fundo Municipal de Habitação não é um recurso reservado para construção de unidades. É óbvio que vemos esses números e percebemos que são pequenos, irrisórios para o tamanho da cidade e para o tamanho dos problemas habitacionais que temos. O Programa de Locação Social é um patrimônio da COHAB, do Fundo. Pagar a conta de água e de energia, fazer manutenção no Parque do Gato, no Olarias, é uma responsabilidade da COHAB; é um patrimônio da prefeitura. É um Programa de Locação Social. A ideia de que os recursos são exclusivamente para construir desvia um pouco, quer dizer, reduz a política habitacional a só construção. A política habitacional na Cidade de São Paulo não pode só depender do recurso da prefeitura. É uma associação de vários recursos. Temos que olhar o nosso papel aqui e a política habitacional e a política do Fundo Municipal de uma maneira mais ampla porque não é exclusiva para a construção de unidades. **Sra. Mariza** - Sabemos que há milhares de famílias que ou dependem do Parceria, ou dependem do Locação. Defendemos que todas as famílias tenham moradia digna. Vamos ter que tentar fazer com que, daqui até o final do ano e para o ano que vem, haja mais recursos para a Habitação. Se não há recursos para a Habitação como o necessário, como a COHAB pode buscar parceiros para aumentar o caixa? Temos que avançar nas pautas, mas temos que avançar principalmente nas políticas e fazer um trabalho